

MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE URUCUIA/MG E A EMPRESA _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, NA FORMA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026.

O **MUNICÍPIO DE URUCUIA/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 25.223.850/0001-80, com sede administrativa na Rodovia MG 202, Km 120, Centro, Urucua/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **José Ailson Dantas Queiroz**, inscrito no CPF nº 429.822.274-87, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e de outro lado a empresa: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF nº _____, doravante denominada **CREDENCIADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o **Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de reabilitação oral, compreendendo as etapas de moldagem clínica, confecção laboratorial, fornecimento de materiais e instalação/adaptação de próteses odontológicas removíveis (totais e parciais em liga de Cromo-Cobalto), visando atender às demandas assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Urucua/MG**, conforme especificações, condições e valores definidos no Edital de Credenciamento e no respectivo Termo de Referência.

1.2. A prestação dos serviços ocorrerá mediante convocação da Administração, observando os critérios de distribuição da demanda previstos no Edital.

1.3. O credenciamento não implica garantia de contratação, ficando a execução dos serviços condicionada à necessidade da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente Termo de Credenciamento decorre do Edital de Credenciamento nº _____/2026, instaurado no âmbito do Procedimento Administrativo nº _____/2026, Inexigibilidade nº _____/2026, com fundamento no art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O procedimento observa a hipótese de **contratações paralelas e não excludentes**, em condições padronizadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

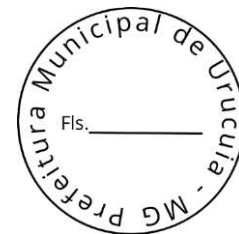
3.1. O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável e do edital.

3.2. A vigência do credenciamento não implica obrigação de contratação contínua por parte da Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A execução dos serviços ocorrerá mediante ordem de serviço ou instrumento equivalente, emitido pela Secretaria Municipal competente, observadas as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência.

4.2. A credenciada encontra-se habilitada para a prestação dos seguintes serviços:



ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
1			
2			

4.3. Os quantitativos constantes do Termo de Referência representam estimativa de demanda da Administração, não constituindo garantia mínima de contratação para a credenciada.

4.4. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente:

- o Edital de Credenciamento;
- o Termo de Referência;
- as normas técnicas e profissionais aplicáveis;
- as orientações da Secretaria Municipal responsável pela gestão do serviço.

4.5. A Administração poderá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor ou comissão especialmente designada, podendo solicitar esclarecimentos, documentos e informações que julgar necessários.

4.6. A prestação dos serviços dependerá da necessidade da Administração e da disponibilidade orçamentária, observados os critérios de distribuição da demanda definidos no Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DA CAPACIDADE OPERACIONAL

5.1. A credenciada declara possuir capacidade técnica e operacional para a prestação dos serviços para os quais foi habilitada, devendo manter estrutura física, equipamentos e profissionais habilitados compatíveis com a execução dos serviços, quando exigidos.

5.2. A credenciada deverá informar à Secretaria Municipal de Saúde, sempre que solicitado, sua capacidade mensal de atendimento, para fins de planejamento da rede municipal de saúde.

5.3. A capacidade operacional informada não gera obrigação de contratação por parte da Administração, constituindo apenas parâmetro para organização da oferta de serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONVOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A distribuição da demanda entre os credenciados observará os critérios estabelecidos no Edital de Credenciamento, garantindo tratamento isonômico entre os prestadores habilitados.

6.2. A convocação dos credenciados poderá ocorrer mediante:

- I. sistema de rodízio;
- II. ordem cronológica de credenciamento;
- III. organização da agenda assistencial da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV. disponibilidade operacional do credenciado.

6.3. A Secretaria Municipal de Saúde manterá registro da distribuição dos atendimentos, garantindo transparência e controle da execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

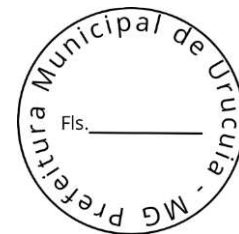
7.1. A execução dos serviços será registrada por meio de **instrumentos de controle administrativo**, tais como:

- ordens de serviço;
- relatórios de produção;
- registros de atendimento;
- sistemas de controle da Secretaria Municipal de Saúde.

7.2. A credenciada deverá apresentar, quando solicitado, relatórios de execução dos serviços prestados, contendo a identificação dos atendimentos realizados.

7.3. O pagamento dos serviços ficará condicionado à verificação da regular execução e à validação das informações pela Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA REMUNERAÇÃO



- 8.1. Os serviços prestados serão remunerados conforme os valores fixados na tabela acima, conforme Termo de Referência.
- 8.2. Os pagamentos serão efetuados após a execução dos serviços e apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
- 8.3. O pagamento ocorrerá no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

9.1. Constituem obrigações da Credenciada:

- I. executar os serviços com observância das normas técnicas, sanitárias e profissionais aplicáveis;
- II. manter, durante toda a vigência do credenciamento, as condições de habilitação exigidas no edital;
- III. atender às convocações da Administração nos prazos estabelecidos;
- IV. responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços;
- V. comunicar à Administração qualquer irregularidade que comprometa a execução dos serviços;
- VI. cumprir integralmente as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

10.1. Constituem obrigações do Município:

- I. coordenar e supervisionar o procedimento de credenciamento;
- II. convocar os credenciados conforme os critérios estabelecidos no edital;
- III. acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- IV. efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos;
- V. prestar as informações necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DESCREDENCIAMENTO

10.1. A Credenciada poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante comunicação formal à Administração.

10.2. A Administração poderá promover o descredenciamento nas seguintes hipóteses:

- I. descumprimento das condições estabelecidas no edital;
- II. perda das condições de habilitação;
- III. prática de irregularidades na execução dos serviços;
- IV. razões de interesse público devidamente justificadas.

10.3. Será assegurado à credenciada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. O descumprimento das obrigações previstas neste Termo poderá sujeitar a credenciada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente aquelas previstas nos arts. 155 a 163.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

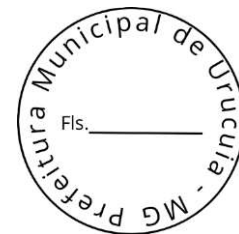
13.1. O presente Termo de Credenciamento **não estabelece relação de exclusividade** entre as partes.

13.2. O credenciamento não gera vínculo empregatício entre os profissionais da credenciada e a Administração Pública.

13.3. Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação aplicável e nas disposições do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Arinos/MG para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste Termo.



E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Urucua/MG, ____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE URUCUIA/MG
CNPJ: 25.223.850/0001-80
José Ailson Dantas Queiroz - Prefeito Municipal
CREDENCIANTE

NOME DA EMPRESA
CNPJ: ____
Nome do representante legal
CREDENCIADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
R.G:

/ _____
Nome:
R.G: